

META 7 - APRENDIZADO ADEQUADO NA IDADE CERTA

Luiz Carlos de Freitas¹

A Meta 7 do PNE estabelece a necessidade de se fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem. Para tal fixa um conjunto de 36 estratégias. A orientação teórica de tais estratégias é diversa e mostra um hibridismo de proposições que vai desde a fixação de médias a serem obtidas nos exames nacionais (IDEB) e no PISA, até o desenvolvimento de processos contínuos de auto avaliação pelas escolas – entre outras iniciativas.

O PNE fixa metas de desempenho a serem atingidas. No IDEB (2015), a meta do PNE para os anos iniciais do ensino fundamental, no setor público (5) foi atingida (5,3). Nos anos finais, a meta (4,5) não foi atingida (4,2) e no ensino médio, a meta (4) também não foi atingida (3,5). Se no setor público houve problema, é importante constatar que no setor privado há problemas maiores ainda. Nos anos iniciais a meta (7) não foi atingida (6,8); nos anos finais a meta (6,8) não foi atingida (6,1) e no ensino médio a meta (6,3) também não foi igualmente atingida (5,3). As metas são calculadas diferenciadamente para o setor público e privado.

A estratégia 7.1, que prevê a Base Nacional Comum Curricular, iniciada no governo Dilma, está sendo implementada pelo atual governo com o intuito de *padronizar a educação básica* e passa a ser um dos centros da política educacional da qual derivarão uma série de ações articuladas (controle da formação de professores, do material didático e da avaliação) tendentes a assegurar seu cumprimento pelas escolas.

Esta orientação aprofunda o direcionamento da Meta 7 do PNE para políticas de “responsabilização baseadas em testes”. A eventual melhoria do desempenho da educação básica será pequena e anulada pela emergência de graves efeitos colaterais na escola (preparação para testes retirando tempo do ensino nas escolas, estreitamento curricular, mais segregação escolar, inflação das médias de desempenho, entre outras) e na formação dos professores e dos estudantes, como mostra a experiência de outros países.

As ações do atual governo articulam-se com outras em andamento no Congresso Nacional e vão nesta mesma direção: ENAMEB – Exame Nacional do Magistério da Educação Básica atingindo recém formados e professores em exercício; Lei de Responsabilidade Educacional – atingindo gestores que não justifiquem o descumprimento de metas; novo SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica que amplia o caráter censitário das avaliações nacionais para o ensino médio público, a qual antes era amostral; além dos programas reunidos pelo MEC sob o título de “política de formação de professores”, que incluem basicamente a Base Nacional de Formação de Professores e a Residência Pedagógica, voltados para a preparação da implantação da Base Nacional Comum Curricular.

A grande maioria das estratégias não está sendo implementada, incluindo as poucas

¹Mestre em Educação, Doutorado em Ciências (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo.

que colocariam a política educacional em outra direção, como as estratégias 7.3 que incentiva a avaliação institucional multidimensional das escolas, e a 7.4 que visa induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica.

REFERÊNCIAS:

Cf. Koretz, D. (2017) The Testing Charade. Chicago: The University of Chicago Press

IDEB – Resultados e Metas. Disponível em
<<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=1498288>>. Acesso
em 19 out 2017.